Comentários

ALGODÃO

A QUEBRA ESTIMADA

A última previsão de quebra da safra 78/79 de algodão no estado do Paraná, em decorrência da estiagem, revelou uma produção 18% menor do que a inicialmente prevista. Assim, o estado, que pretendia colher 449.500 t de algodão em caroço, possivelmente não obterá mais do que 367.000 t. Em São Paulo, algumas regiões também foram levemente atingidas. Em Presidente Prudente, por exemplo — grande área produtora — a seca só afetou algumas delegacias, as quais apresentaram quebras superiores a 40%. Nas demais regiões, a perda foi bem menor. Neste sentido, presume-se que, para o estado como um todo, os prejuízos não ultrapassem 5%. Em Minas Gerais, o excesso hídrico praticamente não afetou a safra por estar a cultura em período normal de carência de umidade.

O ESTOQUE NÃO ALCANÇA SEU LIMITE SEGURO

De acordo com as considerações feitas acima, a safra meridional 78/79 de algodão em pluma, prevista antes da seca, em 350 mil t, se reduziria para 315 mil. Este número, adicionado à produção nordestina — 170 mil t — e ao "carry-over" da safra passada — cerca de 95 mil t (ver AGROANALYSIS nº 1, vol. 3), perfaria um suprimento de 580 mil t. Como se espera que a demanda do produto pela indústria têxtil em 1979 se situe no mesmo nível do ano passado, ou seja, 520 mil t (previsão dos empresários do setor), restariam, em excesso, 60 mil t, desconsiderando-se, aí, uma possível exportação de 50 mil t. Levando-se em conta que o consumo médio mensal se situa em 45 mil t, o excedente abasteceria a indústria no máximo por um mês e meio. Esta folga, entretanto, é normalmente considerada pequena para que a indústria opere com segurança, isto é, dispondo de algodão para pelo menos 3 meses de consumo. A folga de 135 mil t prevalecente ano passado, superior em mais de duas vezes à prevista para 1979, foi considerada no limite mínimo de segurança pelo setor industrial. Se levarmos em conta que o ano de 1978 não foi dos mais favoráveis e que neste exercício deverá ocorrer uma melhoria do setor, um excedente de apenas 60 mil t demonstra o grau de aperto por que passará o abastecimento da indústria têxtil.

HIPÓTESE DE ELEVAÇÃO NA DEMANDA NÃO É TÃO REMOTA

A situação ficaria ainda mais preocupante se o volume previsto para exportação fosse efetivamente colocado no mercado externo. Neste caso, restaria uma folga de apenas 10 mil t, ou seja 2% do consumo anual. Bastaria um aumento, neste percentual, da procura pela matéria-prima, para gerar escassez interna. Essa ocorrência aliás, não é de todo improvável. De um lado, porque os estoques de produtos têxteis finais reduziram-se ao seu nível normal desde a recuperação da procura interna durante o inverno passado; de outro, porque apesar do protecionismo europeu e norte-americano com relação à entrada de nossos têxteis em seus países, os empresários do setor vêem com bastante otimismo as exportações, em razão, sobretudo, da recente decisão governamental de acelerar as desvalorizações cambiais. Espera-se que essa medida mais do que compense a retirada paulatina dos subsídios. Há expectativa favorável, também, com relação às possibilidades de sucesso do Brasil na renegociação das quotas de exportação com os EUA.

Comentários

O QUE REVELA A RETRAÇÃO DO CONSUMO INTERNO

Ainda com relação ao mercado interno, as compras de algodão contratadas pela indústria têxtil para entrega em janeiro e fevereiro deste ano, revelam uma queda de quase 35%. Este indicador, entretanto, pode não significar um possível enfraquecimento da demanda. Mas, sim, um comportamento cauteloso por parte dos industriais no sentido de evitar uma alta vertiginosa dos preços que compras volumosas provavelmente acarretariam, face ao aperto atual na oferta da matéria-prima. Estão naturalmente jogando na expectativa de que com a entrada da safra meridional — março/abril — as condições de mercado melhorem. Outra explicação para tal comportamento é de que os primeiros meses do ano correspondem a uma menor demanda sazonal por parte da indústria. A aceleração da produção de têxteis começa em março.

GRAVOSIDADE INDICA O CAMINHO A SER TOMADO

Tendo em vista todos estes fatores, duas alternativas são colocadas. Ou o país importaria um montante que ao menos minimizasse o efeito de uma provável elevação de 2% no consumo industrial sobre o abastecimento, ou então renunciaria à exportação prevista de 50 mil t. No primeiro caso, suponhamos que se importasse o mesmo volume previsto para exportação, ou seja, 50 mil t. O algodão estrangeiro poderia ser adquirido de alguns países da ALALC, cujo produto paga direitos especiais de 14% sobre o preço para entrar no Brasil, enquanto o algodão de outros países é encarecido por uma taxação de 49%. Se a fibra, por exemplo, viesse do Paraguai, cujo algodão estava cotado na praça de Liverpool, em 19 de fevereiro, a 77,50 ¢ /lb-peso, a despesa seria de US$ 175 milhões. Exportanto, o país receberia em divisas US$ 174,6 milhões (ao preço de 77,00 ¢ /lb-peso), ou seja, não existiria nenhuma vantagem, nesse particular, em optar por exportar o excedente previsto. Além disso, se levarmos em conta os possíveis gastos na concessão do subsídio à exportação do produto, a renúncia à venda externa do algodão torna-se ainda mais aconselhável. E sem o subsídio, eliminado em 31 de dezembro de 1978, a exportação de 50 mil t ficará bastante difícil de se efetivar, ainda que a gravosidade — hoje girando em torno de 36% — tenda a se reduzir até a entrada da safra do Hemisfério Norte, em meados do ano. Neste período, é provável que os preços internacionais se recuperem, ainda que moderadamente, já que a procura interna e externa pelos tipos norte-americanos se encontra no momento enfraquecida, mas face à recente estimativa de elevação em 3,4% da área de plantio norte-americana, inferior à prevista pela primeira intenção de plantio, poderá ser novamente aquecida. Além destes fatores, existe a contínua desvalorização cambial que contribui para minimizar a gravosidade do produto brasileiro. Apesar disso, supondo que, pelos motivos apresentados, a gravosidade caísse para 30%, o algodão brasileiro ainda assim teria dificuldade em competir com os tipos estrangeiros.

RENÚNCIA À EXPORTAÇÃO É A MELHOR ALTERNATIVA

Em suma, caso se deseje que a indústria têxtil opere com certa folga em termos de suprimento de matéria-prima, a renúncia à exportação é a melhor alternativa quanto aos benefícios sociais. Isto não só porque a exportação do produto não acarretaria nenhum ganho líquido de divisas, como também porque a viabilidade das vendas externas implicaria dispêndio de elevado montante com subsídios.